

Simonsen destaca pontos positivos

por Guilherme Barros
do Rio

Com o acordo provisório da dívida, o Brasil evita o risco que corria de ter os seus créditos de curto prazo cortados pelos bancos credores. Assim reagiu o ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, ao comentar o entendimento preliminar acertado pelo País na semana passada.

Caso não tivesse feito esse entendimento, Simonsen garantiu que o Brasil poderia ter grande parte dos seus financiamentos de curto prazo cortadas pelos bancos. Caso isso acontecesse, disse que "o País iria sofrer um sério gargalo em todo o seu sistema de importações".

Considerando à primeira vista positivos para o Brasil os termos do acordo, o

ex-ministro da Fazenda ressaltou, porém, que ainda desconhecia maiores detalhes do acordo, o que o impedia de fazer uma análise mais minuciosa desse entendimento.

Mesmo assim, avaliou que a fixação do "spread" em 0,875%, conforme fora anunciado pelo presidente do Banco Central (BC), Fernando Milliet, lhe parecia um bom percentual. Seguindo ele, melhor do que o País obteve nos acordos anteriores e pouco superior ao que foi conseguido pelo México.

O fato de o acordo preliminar estar atrelado ao Fundo Monetário Internacional (FMI) não significa, para Simonsen, que o País tenha dado um passo atrás, conforme a opinião dos economistas do PMDB. A seu

ver, o que o FMI exigirá será o corte do déficit público "e isso o Brasil terá que fazer obrigatoriamente para controlar a inflação, independente do FMI".

Sobre a reação negativa do PMDB ao acordo preliminar, Simonsen definiu como "completamente fora de propósito". A seu ver, são os políticos os maiores obstáculos para o governo cortar o déficit público. Para ele, o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, está realizando muito esforço para tomar as medidas necessárias, mas, "como já disse uma vez, parece uma espécie de goleiro de um time que resolveu fazer gol contra".

Para reforçar sua convicção de que o grande responsável pela inflação no Brasil é o déficit público,

Simonsen utilizou o exemplo dos Estados Unidos. Observou que, há seis anos, todos sabiam que os EUA tinham que cortar o seu déficit. O resultado é que a crise econômica naquele país estourou neste ano com o "crash" das bolsas.

Com isso, os Estados Unidos serão obrigados a realizar uma recessão em 1988. Simonsen não acredita, no entanto, que a desaceleração se estenda para as outras grandes potências. Sua percepção, até mesmo, é de que a recessão dos EUA não seja tão grande como apregoam muitos economistas nem afetará tanto o Brasil quanto se pensa. "Os países europeus e o Japão irão continuar crescendo, o que compensará o possível desaquecimento dos EUA", disse.